

A guerra portuguesa, a guerra brasileira e o conflito de 4ª geração

Flávio Roberto Bezerra Morgado¹

Introdução

A Revolução Agrícola é a responsável pela primeira grande mudança na história humana, ocasionando gradativamente a formação das mais primitivas sociedades. Formaram-se os povoados permanentes e muitos outros fenômenos sociais e políticos, destacando-se, como um dos mais importantes, a guerra.

A agricultura tornou-se o principal motivo para o início da guerra. Ela possibilitou aos povoados produzir e estocar os excedentes da colheita, motivo pelo qual valia a pena lutar, além de ter acelerado o desenvolvimento dos Estados.

Esse tipo de guerra se caracterizava pelo confronto cara a cara. Os soldados eram equipados com armamentos dependentes da força muscular humana e projetados para o combate a curta distância.

A esse tipo de guerra decidiu-se chamar Guerra da Primeira Onda (TOFFLER, 1993, p.49).

A revolução industrial desencadeou outra grande de mudança na história humana.

Assim como a produção em massa era o princípio central das economias industriais, a destruição em massa tornou-se o

princípio central da guerra na era industrial (TOFFLER, 1993, p.54).

Nasceu a conscrição de exércitos, pagos e subordinados ao Estado, não mais aos proprietários de terras. Apareceram as metralhadoras, a guerra blindada e outros armamentos com grande poder de fogo, modificando as táticas e estratégias existentes. O uso do avião em combate tornou a guerra tridimensional.

A esse tipo de guerra resolveu-se chamar Guerra da Segunda Onda (TOFFLER, 1993, p.54).

A Guerra do Golfo, ocorrida em 1991, mostrou que às areias do deserto do Oriente Médio chegava uma nova forma de guerra, ocasionada pela revolução tecnológica, na qual o mundo se encontra desde a segunda metade do século XX.

O combate deixou de ser linear, pois a frente de batalha acontecia agora, na retaguarda, nos lados e no alto. Ataques aéreos e terrestres de longo alcance eram empregados para bloquear ou interditar o movimento das forças de apoio do inimigo.

Ocorreram a “desmassificação” do combate, o aumento da letalidade nos campos de batalha, e o aumento da velocidade para a

¹ O autor é tenente-coronel de Cavalaria do Exército Brasileiro, mestre em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Atualmente é instrutor da ECEME. (morgado@eceme.ensino.eb.br)

resolução dos conflitos. A utilização do espaço, através do uso dos satélites durante o conflito, introduziu a quarta dimensão ao combate, e o uso do espectro eletromagnético incluiu a quinta dimensão ao combate.

A este tipo de guerra optou-se chamar Guerra da Terceira Onda (TOFFLER, 1993, p.82).

A partir do término da Guerra do Golfo, o mundo vivenciou, e continua vivenciando, uma série de conflitos, com destaque para a Bósnia (1991), Mogadíscio (1993), Grozny (1994-1995), Afeganistão (2001) e Iraque (2003). Citam-se ainda os conflitos entre árabes e israelenses, no Oriente Médio. Todos esses conflitos foram de pequena e média intensidade e de curta duração.

No entanto, ao se analisarem as guerras do Afeganistão e do Iraque, por outro ponto de vista, verifica-se que os combates ainda perduram, tendo em vista a estratégia de defesa baseada na guerra irregular, utilizando a guerrilha e a guerrilha urbana, como a empregada pelo Taliban², no Afeganistão, e pelos iraquianos, ocasionando um combate longo, de média intensidade.

Os combates aconteceram e acontecem cada vez mais dentro do ambiente urbano, tendo em vista o seu alto grau defensivo, obrigando as tropas a adaptarem suas estratégias, táticas, material, viaturas e munições a esse novo ambiente operacional.

Atualmente é normal utilizar-se o termo conflito de 4ª geração, o qual se baseia, principalmente, no emprego de técnicas de guerra irregular, através de ações terroristas. Segundo o Gen Bda R1 Álvaro de Souza Píñheiro, em seu artigo *O conflito de 4ª geração*

e a evolução da guerra irregular, a “4ª geração” resulta de uma evolução que visa tirar vantagem das mudanças política, social, econômica e tecnológica vivenciadas desde a Segunda Guerra Mundial. Junto aos estados nacionais, aparecem como novos atores protagonistas, organizações não estatais armadas, forças irregulares de diferentes matizes: separatistas, anarquistas, extremistas políticos, étnicos ou religiosos, crime organizado e outras, cuja principal forma de atuação se baseia nas táticas, técnicas e procedimentos da guerra irregular. Fundamentalmente, utilizam-se das vantagens que tais mudanças possam proporcionar a esses novos atores, independentemente de suas diversificadas motivações político-ideológicas, estruturas organizacionais, nível de apoio da população local, nível de capacitação militar e eventual suporte externo. Proliferou particularmente por ocasião do auge da Guerra Fria, quando a ameaça do holocausto nuclear — consequente da confrontação entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) — ameaçava o mundo.

Segundo o Dr. Mariano César Bartolomé, em seu artigo, *As guerras assimétricas e de quarta geração segundo o pensamento venezuelano em assuntos de segurança e defesa*, os conflitos de quarta geração reconhecem como o campo de batalha o conjunto de uma sociedade, inclusive sua cultura, buscando implodi-la. Esses eventos não identificam limites claros entre a guerra e a paz ou entre combatentes ou não combatentes, nem permitem identificar, com precisão, as frentes de batalha. São eventos assinalados por uma grande dispersão geográfica, que valorizam, em maior proporção

² O Taliban é um movimento fundamentalista islâmico nacionalista, que se difundiu no Paquistão e, sobretudo, no Afeganistão, a partir de 1994, e que efetivamente governou o Afeganistão entre 1996 e 2001.

do que em gerações anteriores, o papel das operações psicológicas e o controle dos meios de comunicação social.

Entretanto, apesar de o combate através da guerra irregular estar em evidência nos dias de hoje, ele sempre esteve presente em todos os tipos de guerra, independente das mudanças e evoluções ocorridas ao longo do tempo.

Este artigo tem por finalidade mostrar que o combate irregular esteve presente nas origens da história militar de Portugal e, por influência, do Brasil, tomando por base o livro *Portugal militar – compêndio de história militar e naval de Portugal*, de Carlos Selvagem.

A guerra portuguesa

A história de Portugal tem a sua origem com a chegada dos primeiros hominídeos³ à Península Ibérica, cerca de 1,2 milhão de anos atrás.

No século VII a.C., a região passou a ser habitada por povos indo-europeus. Outras populações protocélticas e celtas acomodaram-se na península, como os Lusitanos⁴, os Vetões (Vettones) e os Galaicos (Gallaeci), entre outras menos significativas.

A origem do espírito guerreiro dos povos Lusitanos é descrita por Carlos Selvagem, no seu livro *Portugal militar*:

E de facto — acrescentamos nós — basta um exame superficial da nossa história militar para podermos, no âmbito que nos interessa, corroborar a asserção do historiador e encontrar motivos plausíveis para podermos filiar a nossa índole militar na dessas trinta tribos de bravos e rudes montanhese de Aquém-Ouro, que, segundo o testemunho de Estrabão⁵, tam fortemente se destacavam dos outros povos da Ibéria — pelo valor e agilidade na luta, pela sobriedade, pelo amor feroz da independência, pelo ódio ao estrangeiro, pela insubmissão permanente, pelo exagerado personalismo, pela falta de solidariedade, pela tendência para o isolamento, pela firmeza na lealdade levada até o sacrifício da vida.

No século III a.C., no contexto da Segunda Guerra Púnica⁶ mantida contra Cartago, os Romanos penetraram na Península Ibérica, oportunidade em que anexaram duas regiões como províncias das Hispânicas⁷ (a Citerior e a Ulterior).

Viriato, o líder lusitano, conseguiu conter a expansão romana durante alguns anos, fazendo com que fosse dos últimos territórios a resistir à ocupação romana em terras lusas.

Em relação à resistência dos lusitanos às invasões romanas, Carlos Selvagem, em seu livro, descreve o seguinte:

Na Lusitânia, essa resistência ao invasor assumiu um carácter verdadeiramente heróico. A protérvia do pretor Galba, que, no ano 150 (a.C.), enganando os lusitanos com falsas pro-

³ Os hominídeos constituíram uma família da ordem dos primatas, cuja única espécie atual é o homem (*Homo sapiens*).

⁴ Os Lusitanos constituíram um conjunto de povos ibéricos pré-romanos de origem indo-europeia que habitaram a porção oeste da Península Ibérica desde a Idade do Ferro.

⁵ Estrabão foi um historiador, geógrafo e filósofo grego. Foi o autor da monumental *Geographia*, um tratado de 17 livros contendo a história e descrições de povos e locais de todo o mundo que lhe era conhecido à época.

⁶ As Guerras Púnicas consistiram numa série de três conflitos que opuseram a República Romana e a República de Cartago, cidade-estado fenícia, no período entre 264 a.C. e 146 a.C. — ao fim das Guerras Púnicas, Cartago foi totalmente destruída.

⁷ No ano de 197 a.C., a Península Ibérica, então conhecida pelos Romanos como Hispânia, foi subdividida nas províncias Hispânia Citerior e Hispânia Ulterior.

messas de paz, caíra sobre eles à falsa fé e lhes matara mais de 8.000 homens, levantou em armas toda Lusitânia, que elegeu então por chefe um guerrilheiro famoso, cujo verdadeiro nome se ignora por ter ficado apenas conhecido pela sua alcunha romana de Viriatus — o que usa viriae, braceletes. À frente de um punhado de homens, suprindo a escassez dos efectivos pela mobilidade, conhecimento do terreno, rapidez dos ataques e emprego de geniais ardis de guerra, iniciou as suas atrevidas campanhas, invadindo a Turdetânia, onde o pretor Vetúlio se achava com suas tropas.

Ainda sobre a invasão romana, o mesmo autor descreve outra importante passagem histórica:

Viriato excitava as outras tribos e povos da Península a confederarem-se sob o seu comando contra o invasor. Com o seu apelo, Viriato conseguiu estender a insurreição à Celtibéria; de sorte que, dispondo só dos seus poucos lusitanos e celtiberos, sofreu depois de vários reveses infligidos pelos côsules Emiliano e Serviliano. Viriato se refez de ânimo e de forças para continuar essa implacável guerra de ciladas e surpresas, numa das quais cercou o exército de Serviliano num desfiladeiro e obrigou o general a subscrever um humilhante tratado de paz — entre o povo romano e Viriato. Assim se protelou por mais algum tempo a guerra, até que Cepion, sucessor de Serviliano, vendo-se impotente para o vencer pelas armas, conseguiu peitar três do companheiros do herói para o assassinar por traição. A morte de Viriato fez esmorecer, mas não terminar a resistência dos lusitanos.

Após a morte de Viriato, os lusitanos começaram a procurar outro chefe. Convidaram o romano Sertório, que se encontrava refugiado na África, para chefá-los nos combates. Sobre Sertório, o livro *Portugal militar* descreve o seguinte:

Sertório tratou de organizar militarmente — improvisando um pequeno exército, à testa

⁸ A Bética, também chamada de Hispânia Bética, foi uma província do Império Romano, no sul de Espanha, na atual Andaluzia, e resultou da divisão da Hispânia Ulterior.

do qual bateu sucessivamente o protetor da Bética⁸ e o governador da Espanha Citerior —, desconcertou Metelo, com a aturada **guerra de guerrilhas e surpresas, em que os lusitanos eram mestres**, e destruiu, por fim, cerca de Lérida, o pesado e moroso exército de Mânlio. [...] E, como no tempo de Viriato, os romanos puseram a cabeça de Sertório a prêmio, conseguindo que Perpena chefiasse uma conspiração e apunhalasse Sertório durante um banquete. Privados de chefe, os lusitanos refugiaram-se nas montanhas.

O fim da resistência dos lusitanos contra os romanos tem como protagonista o grande Júlio César, que foi enviado à Lusitânia como Pretor, no período de 61- 45 a.C., que, como está citado no livro *Portugal militar*,

graças ao seu gênio estratégico, conseguiu decisivas vitórias sobre esses rudes guerrilheiros, forçando-os a descer às planícies, onde mais facilmente poderiam ser aniquilados ou aprisionados.

Esse período de dominação romana, sem lutas, durou aproximadamente quatro séculos, sendo correto presumir que a população lusitana sofreu grandes influências romanas neste período.

Porém, em 409 d.C., os chamados povos bárbaros, compostos principalmente por Suevos (Quados e Marcomanos), Vândalos (Silingos e Asdingos) e Visigodos, todos de origem germânica, além dos Alanos, de origem persa, fixam-se na Hispânia.

A partir de 470 d.C., crescem os problemas do reino suevo com o vizinho reino visigodo. Em 585 d.C., o rei visigodo Leovigildo toma Braga e anexa o reino suevo. A partir desse momento, toda a Península Ibérica fica unificada sob o reino visigodo (com exceção de algumas zonas do litoral sul e levantino,

controladas pelo Império Bizantino) até à queda do reino em 711 d.C.

Sobre essa invasão bárbara na Península Ibérica, Carlos Selvagem, descreve o seguinte:

Como é óbvio, grande foi também a influência desse domínio de três séculos nas povoações peninsulares. A raça goda era essencialmente belicosa, sua lei de nômades era ainda a guerra e a rapina, e toda a sua organização política repousava sobre um sistema de selecção militar.

Em 711, a Península Ibérica foi invadida pelos muçulmanos do norte da África. Estes dominaram partes da Península por mais de cinco séculos. Durante esses séculos, nas Astúrias — a única região que resistiu à invasão árabe —, desenvolveu-se um movimento de reconquista da Península. Nesta região, em Cangas, foi fundada uma pequena comunidade livre, sendo eleito Pelágio como chefe.

Ao saber dessa comunidade, o governante árabe na região, vali Al-Horr, enviou alguns esquadrões de reconhecimento, os quais foram derrotados por Pelágio e seus companheiros.

Como consequência, a população de Cangas elegeu Pelágio como Rei das Astúrias. Com a morte de Pelágio, assume o trono o seu filho, Fafila, permanecendo pouco tempo no poder. Em seu lugar, torna-se rei Afonso I, genro de Pelágio, que verdadeiramente iniciou a reconquista da Península Ibérica, expandindo seu reino para leste e para oeste.

Após diversos reinados, caracterizados por combates contra os árabes, sobe ao reino de Leão, em 1037, Fernando I, que prosseguiu decisivamente com a Reconquista Ibérica, o que foi facilitado pelo esfacelamento do califado na região.

Sobre a ocupação árabe, no livro *Portugal militar*, descreve-se o seguinte:

Os árabes, que por mais de três séculos haviam dominado a Península Ibérica, onde tam indelêveis traços deixaram da sua civilização fulgente. Eram os árabes valorosos, peritos no manejo de cavalos e, como seus adversários peninsulares, hábeis nas guerras de emboscada e de montanha; mas quanto à disciplina, a avaliar pela série ininterrupta de sublevações, não se pode formar um alto conceito da disciplina e subordinação dos seus exércitos improvisados. Consagrando um culto à poesia, às artes, à formosura e à honra, o espírito da cavalaria, tam apaixonadamente exaltado no século XI nos Estados cristãos da Península, também entre os Árabes lançou fundas raízes.

A rapidez da invasão árabe difere totalmente da reconquista cristã, a qual foi muito mais lenta. Este processo gradual originou o nascimento de pequenos reinos que iam sendo alargados à medida que a reconquista era bem-sucedida.

Quando da morte de Fernando I, o seu reino foi dividido entre seus filhos. Para Sancho II, o primogênito, ficou a parte principal, o reino de Castela; para Afonso IV ficou o reino de Leão e Astúrias; para suas filhas, as infantas D. Urraca e D. Elvira, os mosteiros de Zamora e Toro, com o título de rainhas; e para Garcia, o filho mais novo, ficou o reino de Galiza, aumentado com a Terra Portucalese, destacada do reino de Leão e tornada independente.

Entretanto, Sancho II procurou reunificar o reino que seu pai tinha dividido, iniciando uma luta fratricida, a qual só terminou com a morte de Sancho II, em 1072, sob os muros de Zamora, cujo cerco D. Urraca sustentou bravamente, num momento em que o antigo reino já estava quase totalmente reconstruído.

Afonso IV, que estava refugiado em Toledo, apressou-se para ocupar os tronos vagos de Leão e Castela, devido à morte de seu irmão mais velho. Além disso, retomou a

Galiza de seu irmão Garcia, o qual condenou à prisão perpétua. Após isso, Afonso IV conseguiu reconquistar o antigo reino, que um dia fora de seu pai, Fernando I.

Mais tarde, Afonso IV entregou ao seu genro, D. Henrique de Borgonha, o governo dos territórios meridionais, o Condado Portucale, entre os rios Minho e Douro, e o Condado de Coimbra, entre os rios Douro e Mondego.

Durante seu governo, D. Henrique procurou conseguir uma completa autonomia para o seu condado, o Condado de Portugal, deixando-o mais livre do que quando o recebera.

D. Henrique morre em maio de 1114. D. Tareja, sua esposa, assume o seu lugar, enquanto seu filho, Afonso Henriques, já nascido em terras portucale, não possuía a idade necessária para se tornar rei.

O governo de D. Tareja foi muito conturbado, tanto politicamente, como militarmente, gerando diversas revoltas e desconfianças. Neste período, D. Tareja foi muito influenciada por Fernão Peres de Trava, conde dos distritos do Porto e Coimbra, seu amante.

Ao quatorze anos de idade, em 1125, no dia de Pentecostes, D. Afonso Henriques, de acordo com os preceitos da cavalaria, armou-se cavaleiro por suas próprias mãos, conforme o costume dos nobres à época.

Sobre esta passagem, Carlos Selvagem descreve o seguinte em seu livro:

Este acto significava um arrogante desafio lançado em rosto a D. Tareja, que continuava governando o condado, impudicamente abraçada ao amante e excluindo sistematicamente o nome e a assistência do infante, seu filho, de todos os diplomas e actos de govêrno. E Afonso Henriques, pouco mais que uma criança, ao envergar a loriga⁹, cingir o cinturão e a espada e calçar as esporas de ouro, prestava-se a uma

arteira comédia preparada pelos barões rebeldes, como para dizerem a D. Tareja e ao próprio rei de Leão: Este é que será o rei.

Em 1128, D. Afonso Henriques rebelou-se contra sua mãe e inicia uma revolta para conquistar o trono que lhe era de direito.

Em 13 de julho de 1128, ocorreu a Batalha de São Mamede, na qual D. Tareja foi derrotada e expulsa do condado. Com a vitória, D. Afonso Henriques assumiu o condado, declarando-o um principado independente.

O governo de Afonso Henriques é marcado por diversos combates, a fim de consolidar e expandir seus territórios. Esses combates aconteceram principalmente contra as forças de Afonso VII, rei de Leão e Castela, e contra os Mouros, ainda presentes na Península Ibérica.

Em 1143, as forças de D. Afonso Henriques conquistaram aos mouros localidades importantes, como Santarém, Lisboa, Palmela e Évora. No mesmo ano é assinado o Tratado de Zamora, com Afonso VII de Leão e Castela, pelo qual é selada a paz e reconhecida a independência de Portugal.

D. Afonso Henriques é declarado rei de Portugal, apesar de estar usando este título desde 1137, devido à aclamação de seus barões e vassallos.

É possível notar que o povo português possui um espírito guerreiro, pois, desde suas origens, teve de combater para alcançar os seus objetivos e aspirações. Além disso, sofreu influência dos romanos, dos bárbaros e dos árabes, devido a sua presença, durante anos, na Península Ibérica.

Deste espírito guerreiro e influências destacam-se a guerra de ciladas e surpresas,

⁹ Armadura.

a guerra de guerrilhas e as guerras de emboscada, as quais podem ser consideradas as origens dos conflitos de quarta geração, pois possuem muitas características comuns.

Outro aspecto importante notado é que essas ações irregulares foram utilizadas em situações em que havia um desequilíbrio muito grande no poder de combate entre os opositores. Ou seja, os invasores geralmente eram muito fortes, obrigando os lusitanos a utilizar as guerras de guerrilha, de ciladas, de surpresa e de emboscada para diminuir esta diferença, buscando a vitória através do desgaste do inimigo.

Não está errado afirmar que, da mesma forma que foram influenciados por outros povos, os portugueses influenciaram os povos colonizados por Portugal, principalmente na forma de combater das guerras de guerrilha, de ciladas, de surpresas e de emboscadas, mais especificamente no caso do Brasil.

A guerra brasileira

Um ano após o Descobrimento do Brasil por Cabral, Portugal enviou uma expedição exploratória — a primeira de reconhecimento —, que encontrou como recurso explorável o pau-brasil, madeira avermelhada e valiosa usada na tinturaria, além de ter realizado um levantamento da costa.

Logo após o descobrimento, Portugal começou a temer invasões estrangeiras no território brasileiro, pois corsários e piratas ingleses, franceses e holandeses viviam saqueando as riquezas da terra recém-descoberta. Havia a necessidade de colonizar o Brasil e administrá-lo de forma eficiente.

Em 1531, iniciaram-se as “Entradas¹⁰ e Bandeiras¹¹”, com a finalidade de explorar o interior do território, buscar riquezas minerais e capturar escravos, indígenas ou africanos.

Entre 1534 e 1536, D. João III, rei de Portugal, dividiu o território em faixas, que partiam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Estas faixas de terras ficaram conhecidas como Capitânicas Hereditárias. Elas foram doadas para nobres e pessoas de confiança do rei — chamados de donatários —, que recebiam as terras com a função de administrar, colonizar, proteger e desenvolver a região. Aos donatários cabia combater os índios de tribos que tentavam resistir à ocupação do território. Em troca desses serviços, além das terras, eles recebiam algumas regalias, como a permissão para explorar as riquezas minerais e vegetais da região. Foram criadas quinze capitânicas, oferecidas a doze donatários. Destes, quatro nunca vieram ao Brasil; três faleceram pouco depois; três retornaram a Portugal; um foi preso por heresia e apenas dois se dedicaram à colonização: Duarte Coelho, em Pernambuco, e Martim Afonso de Sousa, na Capitania de São Vicente.

Com o fracasso do projeto das capitânicas hereditárias, D. João III as unificou sob um Governo-Geral do Brasil e, em sete de janeiro de 1549, nomeou Tomé de Sousa para assumir o cargo de governador-geral. O local escolhido para a sede deste governo foi a Baía de Todos-os-Santos, sendo fundada a cidade de São Salvador de Todos os Santos. Tomé de Sousa governou até 1553, quando foi substituído por Duarte da Costa, que governou até 1558.

¹⁰ Eram financiadas pelos cofres públicos e com o apoio do governo colonial em nome da Coroa de Portugal.

¹¹ Eram iniciativas de particulares, associados ou não, que com recursos próprios buscavam obtenção de lucros.

Em 1555, uma expedição francesa, comandada por Nicolas Durand de Villegaignon, dirigiu-se à Baía de Guanabara, com vistas à fundar um núcleo de colonização. Estabeleceram-se na ilha de Serigipe — atual ilha de Villegaignon —, onde ergueram o Forte Coligny. Em 1558, Villegaignon retornou à França. Essa tentativa de colonização francesa foi erradicada pelo terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá (1558-1572).

Os remanescentes franceses que se refugiaram junto às tribos indígenas na região foram posteriormente derrotados por Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, em uma campanha que durou de 1565 a 1567. Em 1º de março de 1565, Estácio de Sá fundou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no sopé do morro Cara de Cão.

Os franceses realizaram outras investidas em solo brasileiro, sendo a mais importante na Ilha de São Luís, no Maranhão, no período de 1594–1615.

Em 1568, iniciou-se a “Guerra dos 80 anos”, uma guerra de secessão dos territórios sob o domínio espanhol, dentre eles a Holanda, os quais buscavam a sua independência.

No período de 1580–1640, ocorreu a união das coroas ibéricas, colocando Portugal sob o domínio espanhol. Durante esse domínio, a mudança administrativa mais importante no território brasileiro ocorreu em 1621, com a divisão da colônia em dois Estados independentes: o Estado do Brasil¹² e o Estado do Maranhão¹³.

¹² Abrangia de Pernambuco à atual Santa Catarina.

¹³ Abrangia do atual Ceará à Amazônia.

A economia da colônia, iniciada com o extrativismo de pau-brasil e o escambo entre os colonos e os índios, gradualmente se transferiu para a produção local, com o cultivo da cana-de-açúcar e do cacau.

A derrota da invencível armada espanhola para Inglaterra, em 1588, proporcionou uma enorme expansão marítima holandesa. O império português, sem autonomia e formado de assentamentos costeiros, tornou-se um alvo fácil para os holandeses, pois Portugal encontrava-se sob domínio do rei espanhol e, conseqüentemente, em guerra com a Holanda.

Os combates navais com os holandeses começaram a acontecer na costa brasileira na última década do século XVI. Sabedora das vulnerabilidades do litoral nordestino brasileiro, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais enviou uma frota de 38 navios para atacar e conquistar a cidade de Salvador, em 1624.

A cidade estava desprevenida, mal fortificada e desguarnecida, caindo em poder dos holandeses sem oferecer resistência. Os baianos refugiaram-se no interior e mandaram um navio a Lisboa a fim de informar a corte sobre a perda da cidade.

A fim de se contraporem aos invasores, os baianos organizaram uma disciplinada milícia, conseguindo bloquear a cidade por terra. Em maio de 1625, uma grande esquadra hispano-portuguesa chegou à baía e conseguiu expulsar os holandeses da cidade.

Após conquistar as cidades, os holandeses começaram a fortificá-las, pois almejavam estabelecer-se definitivamente na região, ampliar seus ataques e conquistar todo o norte do Brasil

Em 1627, os holandeses retornaram com uma esquadra de 13 navios, sem conseguir retomar a cidade. Entretanto, conseguiram saquear o porto e alguns navios.

Em 1629, chegaram a Lisboa informações de que os holandeses preparavam-se para invadir novamente o Brasil, o que levou o governador-geral do Brasil, Diogo de Oliveira, a mandar fortificar a Bahia e enviar reforços para Pernambuco, com destino às fortificações de Recife e Olinda.

Matias de Albuquerque, nomeado capitão general de Pernambuco, resolveu, em outubro de 1629, inspecionar pessoalmente as condições de defesa de Recife e Olinda, constatando que possuía poucas condições de realizar uma defesa eficiente.

A esquadra holandesa, composta por mais de 40 navios, chegou ao Recife em fevereiro de 1630. O ataque iniciou-se logo após a chegada dos navios, e os invasores não encontraram muitas dificuldades para conquistar as cidades.

Matias de Albuquerque comandou as defesas sem lograr êxito, conseguindo, no entanto, retirar-se para as florestas próximas à cidade, onde organizou um baluarte de resistência, conhecido como Arraial do Bom Jesus.

Após conquistar as cidades, os holandeses começaram a fortificá-las, pois almejavam estabelecer-se definitivamente na região, ampliar seus ataques e conquistar todo o norte do Brasil.

Durante o período de 1630 a 1632, os holandeses tentaram por três vezes expandir a conquista para o Norte, sendo rechaçados em todas as tentativas pelas tropas de Matias de Albuquerque, as quais tinham recebido reforços vindos de Portugal. Nessa época, Matias de Albuquerque possuía uma força de 1.600 homens, sendo 300 índios, enquanto os

holandeses tinham 7.000 homens, numerosas peças de artilharia e 40 navios de guerra.

O período de 1633 a 1636 foi de conquista para os holandeses e derrota para os homens de Matias de Albuquerque, os quais, após a perda do Arraial do Bom Jesus, retiraram-se para o Sul, na direção da Bahia.

Em 1637, chegou a Pernambuco o príncipe Maurício de Nassau, a fim de governar as terras holandesas no Brasil. Nassau expandiu as conquistas holandesas até o rio São Francisco, no Sul, e até o Ceará, ao Norte. Em 1638, Nassau enviou tropas para conquistar a Bahia, repelidas graças aos reforços das defesas da região, representados por homens vindos de Pernambuco, impedindo o êxito dos holandeses.

Em 1639, Lisboa manda uma esquadra com 80 navios, a fim de reforçar a resistência contra os holandeses. Entre esses reforços, encontrava-se o mestre de campo André Vidal de Negreiros, o qual foi mandado para Pernambuco com algumas tropas e oficiais conhecedores da região.

Sobre a participação de André Vidal de Negreiros, o livro *Portugal militar*, descreve o seguinte:

Nenhuma campanha decisiva intentara em terra para a reconquista de Pernambuco, apesar da valorosa acção das guerrilhas de André Negreiros no interior. A rogo dos chefes militares da Baía, consentiu apenas em ir desembarcar ao porto Tôrno o mestre de campo Luís Barbalho e os terços índios e negus dos auxiliares Camarão e Henrique Dias. Mas, desamparado da acção da esquadra, Luís Barbalho nada mais pôde fazer do que romper a marcha para o Sul, reunir-se às guerrilhas de Vidal de Negreiros e continuar através dos sertões.

Em 1641, os holandeses conquistaram a capitania do Maranhão, deixando uma

guarnição em São Luís. Pouco tempo depois, Nassau retornou para a Holanda.

Livres das ações disciplinadoras do príncipe, os invasores começaram a cometer abusos com a população maranhense, iniciando uma revolta da população e, consequentemente, a retomada de São Luís e de toda a capitania do Maranhão.

Sobre estes episódios, Carlos Selvagem, em seu livro, descreve o seguinte:

Depois, caindo de surpresa sobre o forte do Calvário, em Itapicurú, defendido apenas por 70 soldados holandeses, apoderaram-se dele. A própria cidade de S. Luís foi então ameaçada. Vários destacamentos enviados contra os insurrectos foram facilmente repelidos; e a breve trecho, por toda a capitania do Maranhão ardia a pequena **guerra de emboscadas, assaltos nocturnos, surpresas, incêndios e devastações.**

Faltava ainda restaurar o resto do norte do Brasil, especialmente a Capitania de Pernambuco.

Revoltado com os abusos dos holandeses contra os habitantes de Pernambuco, João Fernandes Vieira refugiou-se no sertão e juntou um punhado de insurrectos pernambucanos, inexperientes e com apenas 200 espingardas. Com estes constituiu uma guerrilha, combatida pelo general Hous, holandês, com um destacamento de 1.500 homens.

Sobre este confronto, o livro *Portugal militar* descreve o seguinte:

Restava a Fernandes Vieira a vantagem de conhecer admiravelmente o terreno e todas as traças e ardis da **guerra de emboscada** no sertão brasileiro. Por isso, encarregou o sargento-mor António Dias Cardoso, que o acompanhava, de descobrir um local onde se entrincheirasse melhor do que no engenho de Covas, para poder resistir a qualquer ataque dos homens de Hous, que não tralaria a descobrir-lhe o paradeiro.

O local escolhido por Dias Cardoso para cavar as trincheiras foi o Monte das Tabocas; o combate ocorreu em três de agosto de 1645, marcando a primeira vitória da insurreição pernambucana frente aos invasores holandeses.

No período de agosto a setembro de 1645, Olinda, a Ilha de Itamaracá e a capitania da Paraíba sublevaram-se e reconquistaram seus territórios, restringindo os holandeses à cidade de Recife.

Em 1648, Portugal manda reforços em armas e munições para o Brasil, além do Mestre de Campo General Francisco Barreto de Meneses, com a missão de comandar os insurrectos e as tropas regulares em Pernambuco. Este fato marca o início da guerra regular em Pernambuco.

Em 19 de abril de 1648, ocorreu a primeira batalha dos Guararapes e, em 19 de fevereiro de 1649, a segunda, deixando os invasores restritos a Recife, encurralados pelas tropas de Barreto de Meneses. Em ambas, a vitória coube às forças de Barreto de Meneses, resultado que contribuiu decisivamente para a futura expulsão dos holandeses do Brasil.

Em cinco de janeiro de 1654, sob o comando de Francisco Barreto de Meneses, iniciou-se o ataque a Recife, a fim de expulsar os batavos da cidade. Em 26 de janeiro de 1654, depois de 21 dias de ataques, o general holandês Schoppe assinou a capitulação imposta por Barreto de Meneses, que implicou a evacuação de todos os estabelecimentos holandeses no Brasil.

Acabava, assim, em Recife, depois de trinta anos, a ocupação holandesa no Brasil, iniciada na Bahia, em 1624.

Do estudo, verifica-se que foram utilizadas as guerras de guerrilha, de surpresas e

de emboscadas, para combater os invasores, dotados de poder de combate muito superior às forças que defendiam o território brasileiro.

Do mesmo estudo, é possível constatar que esse tipo de combate foi trazido para o Brasil pelos colonizadores portugueses, profundos conhecedores dessas ações, que as utilizavam desde os tempos das invasões romanas, bárbaras e árabes na Península Ibérica, estando incutidas no espírito guerreiro lusitano.

A guerra contra os holandeses e, mais especificamente, as Batalhas dos Guararapes são consideradas as origens do Exército Brasileiro, uma vez que nelas combateram as três raças formadoras da nacionalidade brasileira — o branco, o negro e o índio — além de já existirem, dentro das tropas defensoras do Brasil, filhos legítimos da terra, ou seja, aqueles que nasceram e cresceram em solo brasileiro.

Ao fim, é possível afirmar que os brasileiros incorporaram em sua cultura militar as guerras de ciladas, de emboscadas e de surpresas, trazidas pelos portugueses, as quais possuem muitas semelhanças com os conflitos de 4ª geração existentes no mundo atualmente.

Conclusão

Segundo o Manual de Campanha C 124-1 ESTRATÉGIA, do Exército Brasileiro, a guerra é o conflito no seu grau máximo de violência. Sendo o conflito o enfrentamento intencional entre oponentes, predispostos a usar variado grau de violência.

A guerra sofreu profundas modificações ao longo dos tempos, como bem descreveram Alvin e Heidi Toffler em seu livro. Entretanto, é possível verificar que determinadas caracterís-

ticas comuns são encontradas em todos os tipos de guerra, mais especificamente, em relação àquelas da guerra irregular, como são chamados atualmente, os conflitos de 4ª geração.

Outro aspecto importante a ser destacado é o de que sempre que existiu uma diferença muito grande de poder de combate entre os beligerantes, a guerra de emboscadas, de surpresas, de ciladas, de guerrilha — quer dizer, a guerra irregular — foi escolhida como a melhor forma de combate a ser utilizada pelo lado mais fraco.

Os povos lusitanos se utilizaram da guerra irregular para combater os invasores romanos, bárbaros e árabes, demonstrando que esse tipo de combate estava arraigado em sua cultura militar. Além disso, fruto dos muitos anos de ocupação, puderam incorporar em seu espírito guerreiro características desses povos, o que serviu para aperfeiçoar o seu modo de combater, especialmente nos combates irregulares, pois, como exemplo, os árabes eram mestres na guerra de emboscada, aumentando ainda mais o conhecimento dos lusitanos neste tipo de luta.

Quando os holandeses invadiram o Brasil, possuidores de um elevado poder de combate, a guerra de guerrilha foi utilizada para combatê-los. Nesse mister, mostrou-se muito eficiente e eficaz, pois os invasores foram derrotados e expulsos das terras brasileiras.

Essa forma de combate foi trazida para o Brasil pelos portugueses, que, devido a sua história, tornaram-se profundos conhecedores das técnicas de guerrilhas. Os colonizadores lograram ensiná-las aos brasileiros e, conseqüentemente, introduzi-las na cultura militar da colônia, ainda em fase de formação.

Os conflitos de 4ª geração são cada vez mais comuns em diversas regiões do mundo

nos dias de hoje. Entretanto, suas origens podem ser encontradas durante as invasões romanas, bárbaras e árabes na Península Ibérica, bem como na invasão holandesa no

Brasil. É importante o estudo de suas origens, tanto a fim de entendê-los melhor, quanto para encontrar a melhor forma de utilizá-los ou de combatê-los, dependendo da situação. ☉

Referências

- BARTOLOMÉ, Mariano César. *As guerras assimétricas e de quarta geração segundo o pensamento venezuelano em assuntos de segurança e defesa*. Disponível em: <<http://www.coter.eb.mil.br/html/noticias/noticias2008/imagens/not080220-02.pdf>>.
- BRASIL. Exército. Estado-Maior. *C 124-1: Estratégia*. 3. ed. Brasília, DF, 2001.
- PINHEIRO, Alvaro de Souza. *O Conflito de 4ª Geração e a evolução da guerra irregular*. Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/portalcce/arquivos/o_conflito_de_4a_geracao_e_a_evolucao_da_guerra_irregular_gen_alvaro_ago07.pdf>.
- SELVAGEM, Carlos. *Portugal militar*. 4. ed. Lisboa. Imprensa Nacional, Casa de Moeda, 2006.
- TOFFLER, Alvin e Heidi. *Guerra e anti-guerra*. Rio de Janeiro. Record, 1993.



Editorial 2012

A REVOLUÇÃO GRAMSCISTA NO OCIDENTE

A concepção revolucionária de Antonio Gramsci em *Cadernos de Liberdade*

Sérgio Augusto de Avellar Coutinho

A obra faz uma síntese didática da teoria gramscista para a implantação da nova ordem socialista marxista. Apresenta um extrato seletivo do exposto por Gramsci no seu livro *Cadernos do cárcere* de onde extraiu e colocou em uma linguagem mais clara os trechos pertinentes da sua estratégia e táticas revolucionárias. O valor do trabalho está no fato de colocar ao alcance do leitor comum uma teoria revolucionária de difícil compreensão, embora lógica.

Trata-se de um estudo inédito, cujo valor aumenta extraordinariamente se considerarmos que a Teoria Gramscista vem orientando a tomada do poder em várias partes do mundo.